

Novo pagamento de juros só sai após acordo, diz Mailson

Das Sucursais do Rio e de Brasília

Lula Marques - 12. jan. 88

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em entrevista por telefone a Armando Ourique, no Rio, afirmou ontem que o governo Sarney condicionará a realização de novos pagamentos parciais de juros ao progresso das negociações da dívida com o Comitê Assessor dos Bancos Credores. Nóbrega acrescentou que o pagamento de juros será normalizado somente após a conclusão de um acordo definitivo com o Comitê Assessor.

A negociação desse acordo está sendo realizada por etapas, disse Nóbrega. No momento, está em discussão o montante de "dinheiro novo" que os bancos credores irão desembolsar para financiar parte dos juros devidos em 1987, 1988 e os primeiros meses de 1989. Nóbrega disse que o Brasil não está mais reivindicando o financiamento de juros até o final de 1989.

Em etapas posteriores dessa negociação, disse Nóbrega, o Brasil reivindicará cláusulas de contingência para os bancos assumirem o compromisso de conceder recursos adicionais ao Brasil na eventualidade de aumento excessivo das taxas de juros ou de queda abrupta das exportações. Nóbrega disse que o acordo com o Comitê Assessor dos Bancos Credores não será provisório, no sentido de que estão sendo negociados os termos definitivos para o pagamento da dívida a

vencer até os primeiros meses de 1989.

"Nós não saímos da moratória", disse o ministro. Ele acrescentou que o pagamento dos juros só será normalizado após a conclusão do acordo definitivo. Nóbrega afirmou que o Brasil condicionou o pagamento de US\$ 350 milhões referente à parte dos juros vencidos em janeiro ao compromisso dos bancos credores de efetivamente darem início às negociações.

O ministro afirmou que sua viagem aos Estados Unidos, que terá início hoje, será de "cunho político". Disse que estará reunido com "autoridades do governo dos EUA, com diretores de instituições multilaterais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano) e com presidentes de conselhos diretores de alguns bancos". Afirmou que nestas reuni-

ões discutirá "o controle do déficit público, a liberação possível da economia brasileira e a normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional pública e privada".

Acerto com FMI

Mailson da Nóbrega embarca hoje para os Estados Unidos às 22h no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, convicto de que o Brasil poderá concluir um acordo de médio prazo com os bancos credores antes de um acerto definitivo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). A base desta convicção, segundo apurou a Folha em Brasília, é o avançado estágio em que se encontram as negociações com o comitê dos bancos credores, ao passo que, com o Fundo, elas sequer foram abertas.

O que tornou mais próximo um

acordo com os bancos privados, segundo avaliação do ministro da Fazenda, foi a proposta que eles apresentaram na quarta-feira ao negociador brasileiro, Fernando Milliet, presidente do Banco Central. A proposta prevê o refinanciamento de aproximadamente US\$ 5 bilhões dos juros correspondentes ao biênio 87/88 e parte de 89 e 20 anos de prazo para o estoque da dívida de US\$ 67 bilhões de que os bancos privados são credores. A exigência de que o Brasil estabeleça um acordo prévio com o FMI, mantida nesta proposta, é considerada negociável pelo governo brasileiro.

Em sua viagem de uma semana aos Estados Unidos, o ministro Mailson da Nóbrega não vai intervir diretamente na negociação da dívida, que será retomada na segunda-feira por Fernando Milliet. O roteiro do ministro prevê encontros com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker (na terça-feira), com o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, com o diretor-gerente do FMI, Michel Candessus, com o presidente do Banco Mundial Barber Conable (na quarta-feira), e com "chairmans" (presidentes) de alguns dos principais bancos credores do Brasil (na quinta-feira). A todos eles o ministro fará um relato da nova estratégia brasileira na condução da questão econômica e dirá que a reconciliação do Brasil com a comunidade financeira internacional é condição "sine qua non" para que o país retome o desenvolvimento.